

IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA (IRPF)

O QUE É

Tributo federal que incide sobre os rendimentos declarados anualmente. É aplicado a partir de alíquotas pré-definidas que variam conforme a renda, isentando pessoas abaixo de um determinado valor.

PROBLEMA

A porcentagem que o imposto de renda pessoal representa da receita tributária total de um país é indicador essencial da capacidade de redução de desigualdades do sistema tributário. Para melhor compreender como o IRPF pode promover a progressividade no sistema tributário, precisamos analisar:

🚩 **O limite mínimo de renda para que se comece a cobrar o imposto**

🚩 **A quantidade de alíquotas**

🚩 **A alíquota máxima**

🚩 **A faixa de renda a partir da qual é cobrada a alíquota máxima**

O limite mínimo de cobrança do IRPF no Brasil é de dois salários mínimos. Existem apenas quatro faixas de renda e alíquotas, sendo que a alíquota máxima é de 27,5%, e ela incide a partir de uma renda de R\$ 4.700, o que é muito baixo em relação às faixas de renda mais altas - o 0,2% da população, por exemplo, tem uma renda média mensal de R\$ 100 mil. Isso faz com que a cobrança

desse imposto recaia proporcionalmente mais sobre uma faixa de renda média dos brasileiros, e não sobre a faixa de renda muito mais alta.

Além disso, como temos apenas quatro faixas de renda, agregamos pessoas com níveis muito diferentes na mesma faixa de cobrança, e isso limita a capacidade progressiva do imposto.

Outra questão importante é a avaliação das fontes de renda - se são do trabalho (salário) ou do capital (lucros, dividendos, juros, aluguéis, ganhos de capital, outros). O Brasil não tributa lucros e dividendos no IRPF desde 1995.

Metade da renda pessoal total declarada no Brasil está nas mãos de apenas 10% dos brasileiros. Nesse grupo, 33% da renda corresponde a lucros e dividendos - e, portanto, isenta de pagamento de impostos. Já entre os 0,2% com maior renda, os lucros e dividendos correspondem a 70%. Sendo assim, quanto maior a renda, menor a base de tributação pessoal, em termos proporcionais.

SOLUÇÃO

Para tornar o IRPF brasileiro mais justo e equitativo, é preciso revogar a lei nº 9.249 de 1995 que isenta lucros e dividendos de pagamento de IRPF. É preciso rever também a isenção dada à renda obtida com aplicações financeiras. Além disso, é preciso criar mais faixas de cobranças de IR e diminuir as alíquotas para as faixas mais baixas e aumentar para as faixas de renda mais altas.

IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA (IRPF)



OXFAM
Brasil

O QUE É

TRIBUTO FEDERAL QUE
INCIDE SOBRE A RENDA
DECLARADA ANUALMENTE



4 FAIXAS DE COBRANÇA



DE R\$ 1.903,99
ATÉ R\$ 2.826,65
ALÍQUOTA
7,5%



DE R\$ 2.826,66
ATÉ R\$ 3.751,05
ALÍQUOTA
15%



DE R\$ 3.751,06
ATÉ R\$ 4.664,68
ALÍQUOTA
22,5%



ACIMA DE
R\$ 4.664,68
ALÍQUOTA
27,5%

*Alíquota do Imposto de Renda de 2019 anunciada pela Receita Federal.

PROBLEMA



33%

LUCRO E
DIVIDENDOS

OS LUCROS E
DIVIDENDOS
NÃO SÃO
TRIBUTADOS
NO BRASIL

10%

DOS BRASILEIROS
DETÊM 50% DA RENDA
PESSOAL TOTAL
DECLARADA NO PAÍS

0,2%

COM MAIOR RENDA

GANHAM

70%

COM LUCROS E
DIVIDENDOS

EXEMPLO



QUEM GANHA
R\$ 4.665/MÊS



QUEM GANHA
R\$ 100.000/MÊS

MESMA
ALÍQUOTA
27,5%

QUEM GANHA MAIS CONTRIBUI
PROPORCIONALMENTE MENOS

SOLUÇÃO



9.249 DE 1995

REVOGAÇÃO DA LEI DE
ISENÇÃO DE IMPOSTOS DE
LUCROS E DIVIDENDOS



+ FAIXAS DE
COBRANÇA

CRIAR MAIS FAIXAS DE
COBRANÇA DE IR,
DIMINUIR AS ALÍQUOTAS
PARA AS FAIXAS MAIS
BAIXAS E AUMENTAR
PARA AS FAIXAS MAIS
ALTAS DE RENDA